



I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: *Linguagens e Leituras*  
III Encontro Nacional da Cátedra UNESCO de Leitura  
VII Encontro Local do PROLER  
UESC - ILHÉUS - BA/ 14 A 17 DE OUTUBRO 2009

## OS LIMITES DO PODER DO LEITOR

Luciano Amaral Oliveira – UFBA  
lucianoamaral64@yahoo.com

**Resumo:** Esta comunicação trata da dialética dos poderes do leitor e do texto para discutir os limites da interpretação. Partindo do pressuposto de que o leitor não pode interpretar um texto da forma que quiser, pretende-se defender o status teórico do significado literal e a importância do seu papel na construção da coerência textual. Essa defesa se justifica pelo fato de haver muita resistência no meio acadêmico à aceitação do significado literal como um elemento essencial para a interpretação, sentimento nutrido por pós-estruturalistas radicais tanto no âmbito da crítica literária quanto no âmbito da teoria da tradução. Os argumentos apresentados para a defesa são oriundos do pensamento de Jonathan Culler, Umberto Eco, Terry Eagleton, Ludwig Wittgenstein e Stanley Fish. A dualidade sujeito-objeto que se instaura no processo de leitura é abordada para se problematizar o ato da interpretação. Tal problematização é necessária para esclarecer algo que se lê e se ouve com frequência: o fato de o sentido não estar no texto, fato que não nega, contudo, a existência teórica de significados literais que o autor coloca no texto e que servem de trampolim para as viagens interpretativas do leitor. Negar os significados lexicais literais como o fez Wittgenstein, por meio da sua proposta de precedência do uso em relação ao significado, e Fish, por meio do seu conceito de comunidades interpretativas, é, seguindo Eco, uma tentativa de se acabar com os estudos semânticos. O leitor tem um papel fundamental na produção de sentidos, mas está assujeitado a determinados limites.

**Palavras-chave:** Leitura. Significados literais. Produção de sentidos.

O título desta comunicação aponta para duas questões importantes: (1) o leitor tem poder e (2) seu poder tem limites. O poder do leitor diz respeito às interpretações que ele impõe aos textos, *i.e.*, aos sentidos que ele pode produzir a partir dos seus conhecimentos prévios e do que está no texto. Entretanto, *poder* é uma palavra ambígua e, por essa razão, o poder do leitor diz respeito também aos sentidos que lhe são permitidos produzir. Em outras palavras, o leitor pode produzir e produz sentidos no ato de interpretação textual, mas ele não pode produzir os sentidos que quiser, pois há limites para essa produção.

O objetivo desta comunicação é exatamente esclarecer que limites são impostos ao poder interpretativo do leitor. Afinal, se não houvesse limites, o leitor poderia

interpretar os textos da forma que quisesse e produziria os sentidos que quisesse. Essa possibilidade, contudo, não existe – a não ser em *Alice no País do Espelho*, onde Humpty Dumpty dá o significado que quiser às palavras.

A discussão em torno do poder do leitor não é recente. Há mais de três décadas, teóricos debatem um tema bem polêmico, chamado por Umberto Eco (2001) de dialética entre os direitos do texto e os direitos dos leitores, seus intérpretes. A respeito dessa dialética, Eco (*ibid.*, p. 27) faz uma afirmação provocadora: “Tenho a impressão de que, no decorrer das últimas décadas, os direitos dos intérpretes foram exagerados”.

E o que causou essa impressão em Eco? O fato de muitos teóricos pós-estruturalistas negarem o fato de que há significados no texto antes de o leitor interpretá-lo, ou seja, o fato de que significados literais existem. A negação tem sido tão veemente que levou Sírio Possenti (2009) a afirmar que o significado literal virou uma blasfêmia.

E Possenti não exagerou. O termo *significado literal* se tornou algo impronunciável para algumas pessoas no meio acadêmico, seduzidas que foram por ideias pós-estruturalistas equivocadas. Essas pessoas reagem fortemente ao ouvirem alguém afirmar que os textos possuem significados literais.

Vale notar que o termo *significado* já provocara muitas reações fortes na metade do século passado, momento em que linguistas estruturalistas relegavam os estudos semânticos a um ostracismo teórico. Isso fica bem claro nas palavras de W. S. Allen (*apud* ULLMANN, 1957, p. 317-318) na palestra inaugural da Universidade de Cambridge em 1950:

O significado, conforme pelo menos um linguista expressou, se tornou ‘um palavrão’, mas se o nome tende a ser evitado, não há dúvida de todos os linguistas empregam o conceito, embora alguns não estejam dispostos a admitir pensamentos tão impróprios. E, certamente, sem o significado, a linguística não pode existir.<sup>1</sup> (grifos do autor)

O radicalismo anti-semanticista era tão forte naquela época que até um filósofo do calibre de Ludwig Wittgenstein (1999 [1953]) contribuiu para a negação da importância de se estudarem os significados lexicais ao afirmar que os significados das palavras seriam os usos que se fazem delas. Essa definição tem implicações teóricas extremamente importantes para os estudos semânticos. Uma implicação é que só seria possível se conhecer o significado de uma palavra, como, por exemplo, *cardiologista*, no momento em que ela fosse usada, *i.e.*, o uso das palavras precederia seus significados. Outra implicação decorre da primeira: se o uso precede o significado, não seria possível estudarem-se fenômenos semânticos como a polissemia e nem seria possível se pensar na elaboração de dicionários.

Sustentar a proposta de Wittgenstein é praticamente impossível. Quem tentar defendê-la terá que explicar, por exemplo, por que costumamos usar frases como “Acorda!” ou “O café está pronto!” ou “Já são 11 horas!” para acordar alguém e não frases como “Aceito.” ou “A minhoca lilás subiu no coqueiro de mel!” ou “Ainda são vi o novo filme de Glauber Rocha!”. As escolhas não são aleatórias porque os significados das palavras precedem o seu uso. É a partir dos significados literais que nós escolhemos as palavras que usamos para realizar essa ou aquela função sociocomunicativa. Nós não

---

<sup>1</sup> Cf. o trecho original: Meaning, as at least one linguist has expressed it, has become a “dirty word”; but if the name tends to be avoided, there is no doubt that every linguist employs the concept, though some would be unwilling to admit such improper thoughts. And surely, without meaning linguistics cannot exist. (tradução minha)

usamos qualquer palavra para qualquer propósito. Aliás, é exatamente a precedência do significado lexical em relação ao uso da palavra que serve de mote para a crônica *Autóctone*, de Luis Fernando Veríssimo (2009): a professora manda a aluna escrever uma redação com a palavra *autóctone*, cujo significado a menina desconhece, tornando o início da tarefa muito difícil.

Eco (2001b, p. 26) considera a obra *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein, “a tentativa mais rigorosa (e fecunda de sugestões) para liquidar com toda e qualquer disciplina formalizada do significado”. Pode parecer exagerada a afirmação de Eco, mas a ideia wittgensteiniana de precedência do uso em relação ao sentido não permite que se pense na possibilidade do estudo da polissemia, da metáfora e das mudanças semânticas, por exemplo, além de tornar os dicionários obras inúteis.

Passados 60 anos, em tempos supostamente pós-modernos, excessos e radicalismos não são raros. Há teóricos da tradução pós-estruturalistas que criticam fortemente o conceito de significado literal e que negam a possibilidade de os textos possuírem sentidos antes do ato da leitura. Rosemary Arrojo e Kanavillil Rajagopalan (1992, p. 47), por exemplo, contestam o significado literal, que, segundo eles, é “tradicionalmente associado a uma estabilidade de significado, inerente à palavra ou ao enunciado, que supostamente preserva a linguagem da interferência de quaisquer contextos e/ou interpretações”.

A partir dessa afirmação, eles problematizam o estatuto teórico do significado literal e defendem a ideia de que o texto só tem sentido após o ato de interpretação. Entretanto, a afirmação deles tem um equívoco muito sério: o significado literal de uma palavra possui, sim, estabilidade, mas não é, de forma alguma, a ela inerente. O uso da palavra *inerente* vai para a conta daqueles dois teóricos. Além disso, a atribuição ao significado literal da suposta função de preservação da linguagem de quaisquer contextos ou interpretações também vai para a conta deles.

Ora, as metáforas, a ambiguidade, a vaguidade e as mudanças semânticas mostram que os significados literais estão longe de cumprir aquela função. Além disso, a estabilidade de significados é essencial para o funcionamento das línguas. Sem ela, por exemplo, os dicionários não existiriam, conforme explica Stephen Ullmann (1957, p. 64): “nenhum dicionário poderia existir sem um elemento de permanência e estabilidade, um tipo de núcleo duro ou ‘fortificação interior’ dentro da área do significado”<sup>2</sup>. É exatamente a estabilidade dos significados das palavras que compõem os textos que permitem aos leitores partirem de um mesmo ponto – os significados literais que os autores colocam nos textos – para chegarem a pontos possivelmente diferentes nas suas viagens interpretativas – os sentidos textuais que os leitores constroem.

O analista do discurso Patrick Charaudeau (2008, p. 24), que, em seu livro *Linguagem e discurso: modos de organização*, recusa-se a usar o termo *significado*, admite claramente a existência dos significados lexicais literais como parte importante do processo de produção de sentidos ao analisar a frase “Fecha a porta”: “Temos que admitir que é possível nela encontrar sentido, mesmo se estiver fora de contexto, na medida em que a reconhecemos como diferente de : ‘Abra a porta’, ‘Fecha a janela’, ‘Fecha uma porta’, ‘Eu lhe peço para fechar a porta’, etc.” (grifos do autor). E o que leva Charaudeau a afirmar isso é a estabilidade dos significados lexicais literais. Foi por isso que ele destacou as palavras em seus exemplos.

O problema que os defensores radicais do poder do leitor precisam resolver é o seguinte: a interpretação que o leitor faz na leitura é uma interpretação do quê? O que

---

<sup>2</sup> Cf. o trecho original: No dictionaries could exist without an element of permanence and stability, a kind of hard core or ‘inner fortress’ within the area of meaning. (tradução minha)

está no texto que serve de objeto de interpretação do leitor? Se não forem os significados literais que o autor coloca no texto, o que o leitor interpreta? Enfim, a interpretação é uma interpretação de quê?

Stanley Fish, crítico literário, foi um defensor dos direitos do leitor durante algum tempo. Contudo, quando defrontado com perguntas como as do parágrafo anterior, ele não conseguiu dar uma resposta e apelou para o conceito de *comunidades interpretativas*, que ficou muito popular entre os pós-estruturalistas. Uma comunidade interpretativa é o “conjunto de elementos responsáveis, numa determinada época e numa determinada sociedade, pela emergência de significados aceitáveis” (ARROJO, 2002, p. 79). Segundo Fish (2000, p. 14):

[...] como os pensamentos que um indivíduo pode pensar e as operações mentais que ele pode realizar têm sua origem em uma ou outra comunidade interpretativa, ele é um produto daquela comunidade (agindo como uma extensão dela) tanto quanto o são os significados que ela o possibilita produzir. Com um só golpe, o dilema que fez surgir o debate entre os campeões do texto e os campeões do leitor (dos quais eu certamente tinha sido um) é dissolvido porque as entidades em competição não são percebidas como independentes. [...] os significados e os textos produzidos por uma comunidade interpretativa não são subjetivos porque eles não procedem de um indivíduo isolado mas de um ponto de vista público e convencional.<sup>3</sup>

“De um só golpe”, Fish tenta acabar com o poder do leitor e com o poder do texto. Mas sua tentativa já nasce fracassada.

Terry Eagleton (1998, p. 89), crítico literário como Fish, comenta que o pós-modernismo, no qual o pós-estruturalismo se insere, sonha com um “sujeito livre de limitações, deslizando feito um desvairado de uma posição a outra, e sustenta simultaneamente que o sujeito é o mero efeito do conjunto de forças que o constituem”. Acrescento: conjunto esse que é a comunidade interpretativa.

Outro crítico literário, Jonathan Culler (1997) vê a posição de Fish como um “monismo radical” porque, segundo ele, tudo passa ser considerado o resultado de estratégias interpretativas. Para Culler, a distinção entre texto e leitor, *i.e.*, entre objeto e sujeito, é essencial para a realização de uma experiência de leitura. Contudo, essa é eliminada por Fish de um só golpe quando ele apela para as comunidades interpretativas:

[...] a distinção entre sujeito e objeto é mais resistente do que pensa Fish, e não será eliminada de “um só golpe”. Ela reaparece assim que se tenta falar sobre interpretação. Para discutir uma experiência de leitura, é preciso que se tenha um leitor e um texto. Para toda história de leitura é preciso que haja algo com que o leitor se depare, pelo que seja surpreendido, com que aprenda. Interpretação é sempre interpretação de alguma coisa, e esta alguma coisa funciona como

---

<sup>3</sup> Cf. o trecho original: [...] since the thoughts an individual can think and the mental operations he can perform have their source in some or other interpretive community, he is as much a product of that community (acting as an extension of it) as the meanings it enables him to produce. At a stroke, the dilemma that gave rise to the debate between the champions of the text and the champions of the reader (of whom I had certainly been one) is dissolved because the competing entities are no longer perceived as independent. [...] the meanings and texts produced by the interpretive community are not subjective because they do not proceed from an isolated individual but from a public and conventional point of view. (tradução minha)

objeto em uma relação sujeito-objeto, ainda que possa ser encarada como o produto de interpretações anteriores. (CULLER, 1997, p. 89)

Há como discordar de Culler? Afinal, o ato de interpretar um texto só pode ocorrer se houver um texto e um leitor. É impossível se dissociar um do outro, pois quem interpreta, interpreta alguma coisa, sempre havendo nesse ato um sujeito e um objeto. Por essa razão, a posição de Fish a respeito da ideia de que o texto e o leitor são ambos produtos das interpretações das comunidades interpretativas, que os elimina “de um só golpe”, é insustentável.

O curioso é que os teóricos pós-estruturalistas que aceitam a posição de Fish acabam por retirar do leitor quaisquer poder de interpretação já que ele é um produto das comunidades interpretativas. Culler (1997, p. 89) faz ainda mais um comentário acerca do monismo fishiano:

Tudo é constituído pela interpretação – tanto que Fish admite não poder responder à seguinte pergunta: Atos interpretativos são interpretações *do quê?* (p. 165). Histórias de leituras, no entanto, não deixam essa pergunta sem resposta. É preciso que haja sempre dualismos: um intérprete e algo a interpretar, um sujeito e um objeto, um ator e algo sobre o que ele age ou que age sobre ele.

Então, atos interpretativos são interpretações do quê? É isso que os defensores radicais dos direitos do leitor não conseguem responder sem saírem da sua posição radical de negar a existência de significados literais nos textos. Aqui está a resposta para essa pergunta: são exatamente os significados literais que são os objetos submetidos à ação interpretativa do leitor.

O leitor tem o poder de produzir significados a partir de um texto. Essa é a sua função na posição de leitor: construir sentidos. É por isso que, na linguística textual, se diz que a construção da coerência textual depende do leitor, que leva para o ato de interpretação um conjunto de conhecimentos prévios que atuam na sua interação com os significados que o autor coloca no texto.

Uma analogia apropriada à relação do texto com o leitor na construção da coerência pode ser feita com a relação da maçã com quem a come na construção do sabor da maçã. O poeta Jorge Luis Borges (2004, p. 12) faz o seguinte comentário acerca de algo que Berkeley escreveu:

Falando sobre o bispo Berkeley (que, permitam-me lembrar, foi um profeta da grandeza dos Estados Unidos), lembro que ele escreveu que o gosto da maçã não estava nem na própria maçã – a maçã não pode ter gosto por si mesma – nem na boca de quem come. É preciso um contato entre elas.

A analogia que proponho é a seguinte: a maçã equivale ao texto; o comedor da maçã equivale ao leitor; e o sabor da maçã equivale à coerência do texto. Assim como o sabor da maçã não está nem nela nem na boca de quem a come, mas no encontro entre as duas, a coerência do texto não está nem nele nem nos olhos de quem o lê, mas no encontro dos dois.

É pouco provável imaginarmos alguém comendo uma maçã e dizendo que ela tem gosto de jaca ou de picanha argentina temperada com sal e alho assada na brasa. Analogamente, é pouco provável alguém ler a palavra *maçã* e imaginar algo diferente

da fruta denotada por essa palavra ou a parte do rosto metaforicamente representada por *maçã*.

Um grupo formado por teóricos pós-estruturalistas, estruturalistas e críticos literários pode passar vinte dias discutindo o que *maçã* significa em um determinado poema de um determinado poeta, mas todos os participantes da discussão não poderão deixar de partir do mesmo ponto: os significados literais de *maçã*, os quais diferenciam essa palavra de *cadeira*, *riacho*, *borboleta* e *sede*, por exemplo.

A tarefa de interpretação que cabe ao leitor exige muito dele do ponto de vista cognitivo, como, por exemplo, conhecimentos linguísticos, conhecimentos enciclopédicos, conhecimentos textuais, memória de curto e de longo prazo, capacidade de inferência. Exige também atenção às pistas semânticas que o autor coloca no texto, e que ajudam o leitor na construção de sentidos, e às circunstâncias em que o texto é produzido e lido. O semanticista Gennaro Chierchia (2003, p. 228-229) expõe a sua visão acerca da importância semântica do significado literal para a construção de sentidos:

O significado literal, junto com outros fatores presentes no contexto, deve evidentemente entrar no processo que nos leva a compreender o significado pretendido nesse uso. Se não fosse assim, se o significado literal de uma expressão não desempenhasse nenhum papel na compreensão de um uso literal da mesma, não compreenderíamos que critério nos leva a escolher uma expressão em lugar de outra. Portanto, para compreender as metáforas, imagens, figuras de linguagem e coisas do gênero, é preciso passar pelo significado literal.

Como discordar de Chierchia? Apenas sendo muito radical. Na dialética dos direitos do texto e dos direitos do leitor, há que se ter uma postura aristotélica, equilibrada. Não cabe posicionar texto e leitor como adversários, mas, sim, como elementos essenciais para os atos interpretativos.

Pode-se desejar matar o autor, como propôs Roland Barthes, para que o leitor surja com força nos atos interpretativos. Contudo, é preciso entender que a morte do autor é simbolicamente passageira e que sua ressurreição é renovada a cada leitura pelo leitor que interpreta suas palavras. Borges (2004, p. 12) comenta como as palavras de um texto são carregadas de vida à espera da ressurreição:

O mesmo acontece com um livro ou com uma coleção deles, uma biblioteca. Pois, o que é um livro em si mesmo? Um livro é um objeto físico num mundo de objetos físicos. É um conjunto de símbolos mortos. E então aparece o leitor certo, e as palavras – ou antes, a poesia atrás das palavras, pois as próprias palavras são meros símbolos – saltam para a vida, e temos uma ressurreição da palavra.

Diante do exposto até aqui, fica claro que os limites do poder do leitor são exatamente os significados literais das palavras que o autor coloca no texto antes de deixá-lo quase à mercê das interpretações. O uso do *quase* aí é proposital: o escritor escolhe as palavras que considera as mais adequadas para guiar o leitor em uma determinada direção semântica. Não por acaso, Schopenhauer (*ibid.*, p. 35) considera inteligentes os produtores textuais que “elaboram cada palavra com plena consciência e propósito”.

Para aqueles que ainda defendem a posição radical de negar o status teórico do significado literal e sua função na produção de sentidos textuais, deixo aqui algumas palavras de Eco (2000, p. xxi):

[...] quem sustenta que dos textos não se extrai um significado que seja subjetivamente comunicável, esse irrita-se muito quando alguém não aceita sua proposta, e queixa-se de não ter sido compreendido. Vem-nos aqui à mente o paradoxo de Smullyan: “Sou solipsista, como todos”.

## Referências

- ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução: a teoria na prática**. 4. ed. 3. imp. São Paulo: Ática, 2002 [1986].
- ARROJO, Rosemary; RAJAGOPALAN, Kanavillil. A noção de literalidade: metáfora primordial. In: ARROJO, Rosemary. (org.) **O signo desconstruído** – implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas: Pontes, 1992. p. 47-54.
- BORGES, Jorge Luis. **Esse ofício do verso**. 2. reimp. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Título original: This craft of verse.
- CARROLL, Lewis. **Alice no país dos espelhos**. Tradução Monteiro Lobato. São Paulo: Editora Nacional, 2002 [1871]. Título original: Through the looking glass.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução Angela Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. Tradução Luis Pagani et al. Campinas : Editora da Unicamp ; Londrina : Eduep, 2003. Título original: Semântica.
- CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Tradução Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. Título original: On deconstruction: theory and criticism after structuralism.
- ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2000. Título original: I limiti dell'interpretazione.
- \_\_\_\_\_. Interpretação e história. In: ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. Tradução Editora Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 27-51. Título original: Interpretation and overinterpretation.
- \_\_\_\_\_. **As formas do conteúdo**. 3. ed. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2001b. Título original: Le forme del contenuto.
- FISH, Stanley. **Is there a text in this class? The authority of interpretive communities**. 11. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o ofício do escritor**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1851]. Título original: Über Schrifstellerei und Stil.
- ULLMANN, Stephen. **The principles of semantics**. 2. ed. Grã-Bretanha: Philosophical Library, 1957.
- VERISSIMO, Luis Fernando. **Autóctone**. Disponível em: <<http://mayafelix.blogspot.com/2007/09/luis-fernando-verissimo-3.html>>. Acesso em: 10 de out. 2009.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [1953]. Título original: Philosophical Investigations.